
XI SEUR – V Colóquio Internacional sobre Comércio e Consumo Urbano

AS PEQUENAS CIDADES ENQUANTO UM SINGULAR ESPAÇO DE VIDA

Prof. Dr. Luiz Fernando Mazzini Fontoura, Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)

luiz.fontoura@ufrgs.br

RESUMO

As pequenas cidades cumprem um importante papel na rede urbana no momento atual, pois são administradoras e consumidoras de produtos. Do ponto de vista da relação campo cidade, são elas que transferem valor excedente para os centros maiores. Neste momento da modernização do campo, as pequenas cidades mantêm vivo o passado de um tempo lento, a manutenção da essência do modo de vida, bem como do patrimônio arquitetônico da cidade.

Palavras-chave: Pequenas cidades. Rede urbana. Modo de vida

ABSTRACT The small towns fulfill an important role in the urban network at the present moment, because they are administrators and consumers of products. From the point of view of the field-city relationship, they are transferring surplus value to the larger towns. At this time of the field modernization, the small towns keep alive the past of a slow time, maintaining the essence of the way of life, as well as the architectural heritage of the city.

Keywords: Small towns. Urban network. Way of life.

Alguns tipos de pequenas cidades são o que restam da antiga relação campo-cidade no mundo moderno urbano e industrial. Seja pela especialização junto ao campo modernizado, ou pela falta de relações técnicas avançadas na agricultura e às condições de uma vida apartada da divisão do trabalho contemporânea, as pequenas cidades guardam um modo de vida singular diante do processo de metropolização. As singularidades de tipos e uma reflexão sobre alguns trabalhos até aqui existentes é o que pretendemos desenvolver.

Corrêa (2011, p.26) chama a atenção de que a rede urbana é, ao mesmo tempo, um reflexo e uma condição da divisão do trabalho, uma vez que apresenta vantagens locais diferenciadas, que hierarquizadas, caracterizam uma especialização funcional. Assim nasceram várias cidades, mundializando esta condição quanto mais esta forma de organização e divisão do trabalho se impuseram sobre o campo e a cidade. Sobre isto escreve Corrêa:

É à primeira vista através das funções articuladas de suas cidades – bancos, comércio atacadista e varejista, indústrias e serviços de transporte, armazenagem, contabilidade, educação, saúde etc. – que a rede urbana é uma condição para a divisão do trabalho. Através dela se tornam viáveis: a) a produção das diversas áreas agropastoris e de mineração, assim como sua própria produção industrial; b) a circulação entre elas e c) o consumo nelas. É

via rede urbana que o mundo pode tornar-se, simultaneamente, desigual e integrado. Mas é efetivamente devido à ação de centros de acumulação de capitais, às grandes metrópoles, cabeças de redes urbanas de extensão mundial ou nacional, que a divisão do trabalho aparece condicionada pela rede urbana.

Muitas cidades nascem vinculadas com sua hinterlândia, estreitando esta relação campo e cidade. Mesmo onde as relações capitalistas não são muito avançadas, predominando os rentistas rurais, estes excedentes são aplicados nas cidades, de alguma forma, transferindo a renda fundiária do campo para sua acumulação na cidade, da menor para a maior. As cidades em que esta apropriação da renda fundiária rural é menor, vão aos poucos dependendo dos bens e serviços que se desenvolvem em outros centros maiores, consolidando a relação de hierarquia.

Na formação espacial do Rio Grande do Sul as primeiras cidades cumprem um papel estratégico, militar ou portuário no avanço da apropriação territorial luso-brasileiro. Estabilizada a fronteira, a especialização da atividade pecuária bovina de corte criou diversas cidades em que a relação com o desenvolvimento desta atividade era direta. O período das charqueadas diferenciaram a cidade de Pelotas, financeira e comercialmente, bem como na arquitetura da cidade. Já nas cidades da Campanha gaúcha, aquelas em que a pecuária transferiu mais renda do campo para a cidade, como Bagé, elas cresceram mais e foram se constituindo centros regionais. As demais orbitam em torno destas. Isto se construiu como forma hegemônica enquanto a atividade pecuária bovina foi a mais importante.

A modernização da agricultura vem a modificar esta relação na hierarquia das cidades. A industrialização e o avanço das relações capitalistas no campo deslocam e ampliam a transferência da renda fundiária para outras regiões, formando novas redes urbanas alicerçadas em relações capitalistas: industriais ou beneficiadoras nas cidades e mecanizadas no campo. Sobre o fim do primeiro ciclo de exploração do campo pela cidade, pela extração cidadina sobre o meio rural, Corrêa (2011, p. 34) escreve sobre o segundo ciclo de exploração com os investimentos de capitais:

A modernização da agricultura insere-se como parte integrante das relações cidade/região, produzindo vários efeitos sobre o mundo rural, envolvendo a rede urbana. Um deles é a drenagem, realizada pelas agências bancárias da pequena cidade, filiais dos grandes conglomerados financeiros metropolitanos. O financiamento da agricultura constitui-se em uma fonte de drenagem, via juros, de uma parcela da renda produzida no campo.

O deslocamento desta renda do campo moderno, para centros maiores, concentra capital, ampliando as atividades. Isto estimula o deslocamento de pessoas, principalmente jovens, a migrarem das pequenas cidades em direção a estas oportunidades e reconciliarem suas vidas com o mundo do trabalho. A migração do campo para a cidade, e desta para as cidades

maiores, se dá sempre, na direção dos centros urbanos maiores onde a criação de atividades e empregos é mais efetiva.

Corrêa (2011, p. 30) chama a atenção para:

Cada cidade da rede participa de algum modo e intensidade dos processos acima indicados: caso contrário, terá sua existência inviabilizada. Sua singularidade só se verifica em razão de sua inserção em uma parte específica do território submetido ao processo de criação, apropriação e circulação do valor excedente. E é conveniente apontar que uma classificação funcional de cidades não deve apenas descrever a divisão territorial do trabalho, mas também indicar que papéis cumpre cada cidade de uma dada rede urbana no processo de criação, apropriação e circulação do valor excedente.

Assim, a importância de cada cidade na rede urbana será proporcional ao papel como localidade central, como descreve Corrêa (2011, p. 32):

É de pensar que, em áreas de forte absenteísmo rural, a importância de cada cidade da rede urbana, em termos de captura da renda fundiária, seja proporcional ao seu papel como localidade central: maior montante de renda fundiária capturada, maior nível hierárquico da cidade, isto se devendo à importância da demanda da elite rural residente na cidade, gerando a oferta de bens e serviços que acabam se transformando em funções centrais.

Esta drenagem pode acontecer, em um primeiro momento, da cidade e da sua hinterlândia, e proporcional à quantidade de riqueza produzida. Em um segundo momento, com a modernização/capitalização da agricultura, a drenagem se torna maior e, via de regra, drenando de municípios vizinhos e mesmo os mais distantes, modificando a dinâmica campo-cidade ao seu redor. Um dos primeiros indicativos desta alteração é o êxodo rural e a migração para as cidades mais centrais da rede.

Uma vez modernizado, o campo passa a consumir bens industrializados e serviços da cidade mais bem equipada, reforçando as relações de transferência. Não apenas o campo, cuja mudança de paradigma de produção passa a produzir na lógica urbana e industrial, mas também a população da pequena cidade, adotando os novos valores e hábitos urbanos.

Seguindo o caminho de busca de uma classificação entre as pequenas cidades, ou mesmo de uma relação destas com médias e grandes cidades, Capel (1983, p.21), a partir das ideias de Robert Smith, aponta para o fato de que esta classificação não deve ser uma finalidade em si mesma, por falta de objetivos geográficos claros e definidos, e de que os estudos sobre funções urbanas devem se distinguir dos estudos de sociologia ou de economia. Deve apresentar pelo menos dois tipos de problemas espaciais: 1) o problema de localização ou a existência ou não de regularidades espaciais na distribuição dos diferentes tipos funcionais de cidades; 2) a

cada tipo funcional corresponde um tipo particular de influência espacial e de relação com o território circundante.

Assim, devem-se comparar sistematicamente as variáveis demográficas e sociais entre as cidades com funcionalidades espaciais distintas, como o ritmo de crescimento, proporção entre jovens e idosos, anos de escolaridade, proporção de homens e mulheres, taxas de desemprego e renda per capita, entre outros. Inclui-se aqui, os deslocamentos, pois as migrações entre as cidades em diferentes períodos identificados pelo desenvolvimento das forças produtivas produzem deslocamentos importantes da menor cidade para a maior, pelo aumento da oferta de empregos. As cidades que absorvem o trabalho de mais pessoas tendem a ser mais procuradas diante da possibilidade de ascensão social, o que é difícil nas cidades menores.

Justamente esta falta de possibilidades para absorver as populações locais, torna a distância entre a pequena cidade e o centro maior, cada vez mais diferente, pois este hiato vai sendo preenchido pela cidade maior. Correia (1982, p. 57) escreve que:

À luz do modelo formal de Christaller poder-se-ia dizer que se trata de um desvio, de uma rede urbana truncada onde faltam centros intermediários entre, por exemplo, uma capital regional e centros locais. Em realidade a rede de localidades centrais não é truncada senão face a um modelo idealizado que não supõe a existência de classes sociais e diferenças nos níveis de consumo. A rede de localidades centrais é o que é pelo fato de se construir em uma estrutura territorial da sociedade através da qual se pode verificar a reprodução de classes sociais distintas tanto entre si como em suas localizações, reprodução esta que interessa à classe dominante localizada na grande capital.

O adensamento populacional em centros maiores otimiza a concentração de capital, possibilitando as classes dominantes maiores possibilidades de enriquecimento. Às pequenas cidades cabe a reprodução social até um limite, que esgotado este, repassa o excedente populacional não absorvido para as cidades maiores, garantindo a oferta de trabalho e consumo para estas.

Portanto, por mais variado que sejam os papéis das cidades nas suas diferentes escalas, importa a forma como se inserem e se relacionam regionalmente, pois esta relação vai se dando até o nível mundial. Sposito e Jurado da Silva (2013, p.48), citando Christaller a respeito do tamanho dos centros e a sua influência na ordem de oferta de determinados serviços e bens, esclarece que:

O fato que o local central ser maior ou menor tem uma influência imediata no nível central de bens, porque mais tipos de bens centrais são oferecidos no local central de ordem mais alta que o local central de menor ordem... A centralidade do local é igual ao seu saldo positivo de importância, que é igual à importância relativa deste local em relação à região onde se insere.

Segundo Endlich (2009, p. 87), as primeiras aglomerações foram viabilizadas pela produção do excedente alimentar, em uma primeira divisão espacial do trabalho entre o campo e a cidade, dando início à drenagem de recursos na direção do último. Com o desenvolvimento da urbanização, este processo se aprofundou. Portanto, o tamanho do mercado pode especializar as cidades e ampliar seus papéis, ou ao contrário, estes serem reduzidos.

O estudo e a compreensão de pequenas e médias cidades não podem prescindir do entorno espacial, fundamental para entender a amplitude dos papéis urbanos e a dinâmica regional que alimentam os mesmos. As pequenas cidades e a relação com o campo compõem um primeiro patamar de localidades na rede urbana.

As pequenas cidades se relacionam com seu entorno e com outras cidades, de forma a complementar aquilo que na origem falta. “A referência a pequenas cidades implica estabelecer relações com as outras”. Seja pela especialização, o que aumenta a relação de dependência com outras cidades ou lugares, para o seu abastecimento ou o fornecimento; ou pela perda de função na divisão do trabalho, que implica no isolamento e na dependência completa do entorno, a característica principal das pequenas cidades e seus municípios é de servirem de apoio para o desenvolvimento do ramo agroindustrial, passagem, produção e consumo.

A autora lembra também, que as pequenas cidades já possuíam mais agências bancárias, casas de comércio de capital local, pequenas indústrias, e cinemas. Hoje não existem mais cinemas, não só pela mudança de hábito, devido ao consumo de televisão ou vídeos, mas principalmente pela diminuição da população. Assim, além das mudanças regionais, também poderia se somar as mudanças culturais, que transferiu os cinemas para os centros regionais. Ao estudar as transformações locais na produção do espaço regional, está se estudando a(s) forma(s) do desenvolvimento mundial, uma vez que os lugares têm de alguma, forma se adaptar. Endlich (2009, p. 85) escreve: “As peculiaridades na produção do espaço regional demonstram a forma concreta do desenvolvimento do capitalismo nesse espaço e a produção das condições com que a sociedade regional enfrenta as simultaneidades do período atual.”

Cada lugar ao seu tempo foi se relacionando mais rapidamente ou não se associando ao seu entorno e ao desenvolvimento regional. Em razão disto, para o desenvolvimento das relações capitalistas na agricultura, ou para a modernização do campo, é fundamental a análise dos diferentes estágios que passam as pequenas cidades. Por isso se sugere que a divisão do trabalho, a economia de mercado e a capacidade de consumo são indispensáveis nessas análises.

Entretanto, para conceituar os menores núcleos da rede urbana, Endlich (2009, p. 89) sugere uma classificação baseada no alcance de seus papéis. Mas lembra de que Santos (1979) propunha o conceito de cidades locais, em vez de pequenas cidades.

Para Santos (1979, p.69), a denominação cidades pequenas implicaria a uma noção de volume da população, para o qual existem diferentes critérios de um número mínimo de pessoas em diversos países. Para o autor não se trata disto. A partir das ideias de M. Sorre e J. Jacobs, (1979, p.70):

... é mister fazer a distinção entre *town* (cidade) e *city* (cidade de maior porte, metrópole), não tendo a primeira funções verdadeiramente urbanas. A cidade (*town*) não gera seu crescimento a partir de sua economia local e nunca fez; as exportações que ocasionalmente pôde realizar não conseguiram criar, depois, um crescimento autossustentado, ao passo que a verdadeira cidade cria, a partir da economia local, seu crescimento econômico.

Seu interesse maior consiste em definir o nível mais fundamental de atividades, abaixo do qual não se pode considerar uma verdadeira cidade, mas somente uma aglomeração, e segue (1979, p.71):

Existe, de certa forma, coabitação ou interdependência funcional entre atividades agrícolas e atividades não-agrícolas. Em outros pontos temos, as atividades não-agrícolas presentes na aglomeração dependem estreitamente das atividades agrícolas do ambiente e desapareceriam sem elas. A cidade local é a dimensão mínima a partir da qual as aglomerações deixam de servir às necessidades da atividade primária para servir às necessidades inadiáveis da população, com verdadeira especialização do espaço... A cidade local seria a aglomeração mínima capaz de responder a essas mudanças quantitativas e qualitativas. Abaixo, pode haver aglomerações, mas não se tratará jamais de uma cidade. Poderíamos então definir a cidade local como a aglomeração capaz de responder às necessidades mínimas, reais ou criadas de toda uma população, função esta que implica uma vida de relações.

Assim, Milton Santos diferencia através da denominação de cidades locais, como o mínimo de funções que distinguem uma pequena cidade de uma aglomeração, ou seja, não é apenas uma condição do excedente rural para o seu nascimento, mas como resultado da ação de fatores que estão fora da coletividade em questão. Participa a totalidade dos fatores de produção da coletividade e as condições de investimento como a comercialização de produtos, dos bens e dos serviços. Para o autor, nas atuais condições do mundo moderno, as necessidades de consumo urbanas podem ser satisfeitas com ou sem a existência de um excedente, através das relações regionais. Dentro da especificidade da divisão do trabalho, como coloca Santos (1979, p. 32), “Essas cidades têm cada vez menos a função de coleta de produtos da região e cada vez mais o papel de redistribuidoras de bens e serviços”.

Isto se deve, em parte, porque a modernização da agricultura é um fenômeno que parte das cidades mais bem equipadas para o campo, territorializando-se, muitas vezes, na hinterlândia de pequenas cidades, as quais não participam deste processo, passando a nova função de consumidora e redistribuidoras de bens e serviços, apartando-se do campo ao seu

entorno. Por outro lado, o avanço da modernização pode criar novas cidades ou especializar antigas, reinserindo-as em uma nova divisão do trabalho frente à rede urbana.

Endlich (2009, p. 90) coloca que a área de influência de uma localidade, bem como a sua importância, vai depender do grau de densidade de núcleos urbanos na região, do desenvolvimento do setor terciário, da composição comercial, entre outros. “Por isso, uma cidade definida como pequena por seus dados demográficos intraurbanos pode não ser funcionalmente pequena”. Mais uma vez vai depender da relação com outras cidades em uma mesma região.

Um bom “termômetro” para avaliar esta questão da importância dentro da região, independente do tamanho, é a capacidade de absorver a população oriunda do campo, a perda, a manutenção ou o crescimento populacional urbano. Segue a autora: “A densidade populacional, com um nível mínimo de renda que deve garantir um patamar mínimo de consumo, é fator relevante para atingir o referido limiar”.

Por outro lado, as pequenas cidades que perdem população ao longo do tempo, principalmente a rural, mas também a urbana, demonstram perder a relação com a sua hinterlândia, pois não absorvem a sua população vinda do campo. Sem oferecer meios de vida na cidade, acabam por perder a densidade demográfica e mantêm no limite o oferecimento da prestação de serviços e de consumo, para manter o status de cidade. Nestas condições, as pequenas cidades que perderam sua posição na rede urbana, ora pelo declínio nas atividades do campo, ou mesmo pela sua transformação (modernização), não têm a necessidade de adequar seu conjunto de prédios para novas funções, mantendo com isto, um conjunto arquitetônico que representa outro momento de inserção na divisão do trabalho. Sinônimo de estagnação econômica, hoje são cidades potenciais para a atividade de lazer, do ócio, do tempo lento, testemunho da história ou tradição. Trataremos um pouco desta singularidade.

A maioria das cidades da Campanha gaúcha nasceu sob forte influência da defesa do território, e a seguir, como administradora da atividade pecuária bovina de corte. Por esta razão, o desenho das cidades lusas, em tabuleiro de xadrez, calçadas estreitas no limite de suas portas e janelas, representa bem a sociedade latifundiária que produziu este espaço urbano. Era a cidade que sintetizava e servia ao modo de vida da relação campo e cidade, onde a riqueza produzida estava no campo e na sua sociedade rural. Lembrando o conceito de modo de vida, ou gênero de vida, Sorre, (2003, p. 140):

Outra noção é a que proporciona um termo de trânsito entre a atividade dos grupos humanos e as propriedades do meio: o gênero de vida. Entende-se gênero de vida por um conjunto coletivo de atividades transmitidas e consolidadas pela tradição, graças às quais um grupo humano assegura sua

existência em um meio determinado. Um conjunto de técnicas adaptativas do homem e do meio, no que comportam de elementos mentais e intelectuais. O gênero de vida oferece o máximo de estabilidade em sociedades submetidas à tirania de um meio natural muito especificado (criadores nômades do deserto, esquimós). À medida que os homens vão se emancipando dessa sujeição à natureza, o centro da vida se desloca, a noção de gênero de vida se preenchendo - como acabamos de sugerir - de elementos sociais. Assim falar-se-á do gênero de vida dos operários das áreas de mineração, ou dos agentes das atividades de circulação, etc. Mas nem por isso o conceito perderá seu interesse.

O modo de vida desenvolvido nas sociedades latifundiárias com base na atividade pecuária bovina é caracterizado pelos costumes ligados ao pastoreio, à comercialização do rebanho (produção de carne), à produção de lã, e à produção de trigo. As cidades se organizam em torno de uma praça, caracterizado pelo entorno das casas, igrejas, clubes e bancos comerciais, na área central. As cidades localizadas sob a área do escudo cristalino, Planalto Sul-rio-grandense, caracterizam-se ainda, por terem um sítio urbano declivoso, mas com a rua principal em curva de nível plano. O tempo lento é o seu principal cartão postal.

A pouca diversificação da atividade pecuária bovina tradicional e não possibilidade de ascensão social nestas sociedades pode ser bem visualizada nas poucas atividades comerciais e de prestação de serviços, bem como no gradiente, formado pelas casas, do centro para a periferia ou dos mais ricos aos mais pobres. No período mais intenso desta daquela atividade, entre os anos 1940 e 1960, correspondeu uma movimentação de um comércio local. Com a impossibilidade de associação com a lavoura mecanizada, devido às restrições de uso de solo, estas cidades lograram um longo período de estagnação econômica nas décadas subsequentes, principalmente quando comparado a região do Planalto Meridional gaúcho.

Pouco alteradas em seu perfil arquitetônico, muitas cidades da região da Campanha, ou do sul do estado do Rio Grande do Sul, ligadas historicamente à atividade pecuária bovina, mantém na paisagem as características do modo de vida (ou gênero de vida) dos tempos passados, com algumas alterações na presença de casas de comércio de bandeira regional, não mais local. Mas o que mais se observa é a manutenção dos prédios, mantendo quase intacto o perfil das ruas.

Mesmo onde a área rural vem se alterando em função das novas práticas agrícolas a partir do plantio direto, o que possibilita o cultivo em horizontes de solos rasos, isto pouco ou nada tem modificado o cotidiano das pequenas cidades, transformando apenas a paisagem rural. O interessante é que, mesmo sem uma correspondência no campo, o modo de agir, de se vestir, de orientar o cotidiano, permanece pouco alterado, pois pouco modifica as funções da pequena

cidade em relação ao campo moderno. Sobre isto escreve Correa (1982, p. 59) que as mudanças causadas por desiguais penetrações das relações capitalistas tendem,

em maior ou menor grau, a uniformizar o comportamento de diferentes grupos sociais dentro de um esquema ‘universal’, onde as tradições culturais ‘pré-capitalistas’ tendem progressivamente a ser relegadas ao folclore, constituindo-se em novas ‘mercadorias’ exploradas capitalistamente pelo turismo.

Este potencial turístico da venda de paisagem e costumes tem de fato sido explorado pelas pequenas cidades, haja vista o grande número de festas ou festivais com base nos costumes, gastronomia e do cotidiano vividos em um passado mesmo que recente, mas deixado para trás no campo. Hoje são bastante recuperados e redefinidos para o presente na cidade.

Com a velocidade transformadora da tecnificação no meio rural, o campo acompanha e se integra a uma nova divisão do trabalho em nível mundial, aplicando a pesquisa mais contemporânea, sendo alvo de investimentos internacionais, tanto à montante como à jusante da produção agrícola. As decisões são tomadas e gerenciadas nos centros maiores, que geram novos hábitos e comportamentos assimilados no modo de vida citadino. No entanto, o modo de vida anterior permanece, pois de fato, muito pouco no cotidiano da vida da pequena cidade mudou.

Esta adequação das possibilidades de comportamento vindas dos centros maiores sobre as antigas formas da pequena cidade se constitui na singularidade desta, pois é a manutenção do tempo passado, mas em sua forma de consumo. Ou seja, o público das grandes cidades pode utilizar seu tempo de lazer vivenciando um tempo lento que também não existe mais, a não ser como produção imaginada na pequena cidade. É a sua forma de inserção em uma nova divisão do trabalho.

Muitas localidades como distritos, e mesmo pequenas cidades têm buscado no turismo uma forma de criação e geração de emprego e renda, visto que, o que está acontecendo no campo não mais lhe pertence. Isto decorre porque em áreas de modernização da agricultura há um esvaziamento populacional. Ou seja, quanto mais capitalizado o campo, menor será a vida social na pequena cidade mais próxima. (WANDERLEY, 2009, p. 297-307) questiona o termo urbano para cidades nesta condição, devido ao pouco oferecimento de bens e serviços. O que, via de regra se confirma, é a permanência de uma ruralidade mantida dos tempos do estreitamento da relação campo-cidade passada.

De certa forma estas cidades são enclaves, no sentido dado por Santos (2008, p. 93), “que representam a inserção de modos de produção concretos”, só que do ponto de vista da

manutenção de formas não modernas, isoladas, ou resistentes, em via de uma inserção singular no capitalismo contemporâneo.

A manutenção das pequenas cidades depende da manutenção das relações com outras cidades, ajustando novas funções, visando uma reinserção na rede urbana. A manutenção da essência do modo de vida, bem como, do patrimônio arquitetônico da cidade, tem sido uma boa estratégia que vem incluindo algumas cidades da região da Campanha gaúcha no cenário contemporâneo, condição para que a cidade pequena ou local mantenha a dimensão mínima e não deixe de servir às necessidades inadiáveis da população, atendendo, também, às necessidades da nova atividade primária.

REFERÊNCIAS

CAPEL, H. **De las funciones urbanas a las dimensiones básicas de los sistemas urbanos.** Estudios sobre el sistema urbano. 3ª ed. Barcelona: Ediciones de la Universidad de Barcelona, 1983. p. 11-40.

CORRÊA, R. L. **Repensando a teoria das localidades centrais.** In: SANTOS, M. Novos rumos da geografia brasileira. (org.) São Paulo: HUCITEC, 1982. p. 50-65.

_____. **Estudos sobre a rede urbana.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006. 336p.

SPOSITO, E.S. & JURADO da SILVA, P.F. **Cidades pequenas: perspectivas teóricas e transformações socioespaciais.** Jundiaí: Paco Editorial, 2013. 148p.

ENDLICH, A.M. **Pensando os papéis e significados das pequenas cidades.** São Paulo: Ed. da UNESP, 2009. 357p.

SANTOS, M. **Espaço e sociedade: ensaios.** Petrópolis: Vozes, 1979. 152p.

_____. **Espaço e método.** São Paulo: EDUSP, 2008. 118p.

SORRE, M. **Geografia Humana. Introdução.** Niterói: Revista Geographia, Vol. 5, No 10 2003. Disponível em: <<http://www.uff.br/geographia/ojs/index.php/geographia/article/view/133/130>>. Acesso em 05 de out de 2015.

WANDERLEY, M.N.B. **O mundo rural como espaço de vida: reflexões sobre a propriedade da terra, agricultura familiar e ruralidade.** Porto Alegre: editora da UFRGS, 2009. 330p.